



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **14 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 28 de junho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO DILMA ESTREIA AMANHÃ EM CÚPULA DO MERCOSUL.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS BRICS, SÓ BRASIL REDUZ A DESIGUALDADE	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO CELSO MING	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO ICMS MENOR NÃO ALTERA IMPORTAÇÃO	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO CHINESA COMEÇA A PRODUZIR EM AGOSTO, ANTES DA APPLE	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO ANTES DA CÚPULA DO MERCOSUL, DILMA ENCONTRA LUGO	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO CANADÁ QUER FORTALECER COMÉRCIO COM O BRASIL	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO ENTRE BRICS, BRASIL LIDERA CRESCIMENTO RENDA-PIB	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO IMPORTAÇÃO AJUDA ARRECADAÇÃO FEDERAL	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO FOXCONN OBTÉM BENEFÍCIO PARA ACELERAR ALFÂNDEGA	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO COMMODITIES EM ALTA AJUDAM A FINANCIAR A CONTA CORRENTE	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE BRASIL S/A	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS Qualificação profissional no Polo Naval do Amazonas será tema de discussão nesta terça-feira, 28	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS Sefaz inicia testes para desembaraço eletrônico de DIs	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA ESTREIA AMANHÃ EM CÚPULA DO <u>MERCOSUL</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Paraguai, anfitrião do encontro, e Uruguai vão reclamar das barreiras comerciais dos sócios grandes; reunião será aberta hoje pelos ministros Iriel Palacios - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE/ BUENOS AIRES

A 41.º Cúpula do Mercosul começa hoje em Assunção, Paraguai, quando ministros dos países sócios sentarão à mesa de discussões para avaliar o andamento do bloco comercial do Cone Sul, criado há 20 anos. A reunião de presidentes, que será amanhã, contará com a presença da presidente Dilma Rousseff, que debutará em sua primeira cúpula do Mercosul.

A cúpula será o primeiro encontro tête-à-tête entre Dilma e a presidente Cristina Kirchner desde que surgiu o conflito comercial bilateral Brasil-Argentina no início de maio, transformando-se no pior confronto entre os dois países desde a "Guerra das Geladeiras" em 2004.

O estopim da crise foi uma série de medidas protecionistas argentinas aplicada a partir de fevereiro. O Brasil reagiu em maio com a aplicação de licenças não automáticas contra a entrada de automóveis de todo o mundo, inclusive da Argentina. Semanas depois, os governos conseguiram colocar panos quentes na tensão e permitiram uma flexibilização nas barreiras mútuas.

No entanto, os governos do Brasil e da Argentina deverão ouvir as reclamações dos sócios pequenos - isto é, o Uruguai e o Paraguai - que protestam contra uma série de barreiras do mais amplo leque que afetam as exportações de seus produtos para os mercados argentino e brasileiro.

A sensação em Montevideú é que o bloco do Cone Sul ficou "esvaziado" de "conteúdos relevantes". O Uruguai

assumirá nesta semana a presidência pro-tempore do Mercosul.

A cúpula também será o cenário hoje da primeira reunião formal de ministros da Indústria e Produção dos países do Mercosul. Segundo os participantes, os ministros "aprofundarão uma agenda produtiva" do bloco.

Enquanto isso, os técnicos dos países sócios tentarão aprofundar a coordenação macroeconômica por intermédio da criação de grupos de trabalho destinados a assuntos tributários, fiscais, monetários, financeiros e de balança de pagamentos.

Os argentinos pretendem aproveitar a cúpula para discutir com os brasileiros a definição de incentivos fiscais, com o objetivo de identificar os produtos que poderiam estar sendo favorecidos por subsídios ou políticas fiscais que poderiam causar as denominadas assimetrias.

Além disso, segundo Luis Maria Kreckler, secretário de Comércio e Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria argentina, será criado um grupo de trabalho para resolver as assimetrias econômicas existentes.

Espera-se ainda a presença do presidente do Equador, Rafael Correa. Já o presidente venezuelano Hugo Chávez não participa, porque está internado em Cuba. Também estará presente na reunião o chanceler japonês, Takeaki Matsumoto, na categoria de convidado especial.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO ENTRE OS BRICS, SÓ <u>Brasil</u> REDUZ A DESIGUALDADE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Distribuição de renda melhora no País, o oposto do que ocorre com chineses, russos, indianos e sul africanos, diz estudo da FGV

Roldão Arruda - O Estado de S.Paulo

Quando se compara o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) entre os países integrantes dos chamados Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) o resultado é sempre desfavorável aos brasileiros. China e Índia crescem mais que o Brasil todos os anos desde 1992. Se a comparação for feita, porém, com a evolução da renda familiar, o Brasil segue sozinho na frente.

A tradução disso é que a desigualdade social entre os brasileiros tem caído em ritmo acelerado, numa tendência oposta à que se verifica entre chineses, russos, indianos e sul africanos. A renda global deles cresce mais, porém fica mais concentrada.

Essa é uma das principais conclusões do levantamento Os Emergentes dos Emergentes, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apresentado ontem em São Paulo pelo economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da instituição, Marcelo Neri. Comparando por meio da PNAD as taxas de crescimento anual de renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos no Brasil, na década de 2000, o levantamento mostrou que o bolo dos pobres cresceu 6,3%, enquanto o aumento dos ricos foi de 1,7%. Na China ocorreu o inverso: os mais pobres ficaram com 8,5% e os mais ricos, com 15,1%. "A distribuição dos frutos do crescimento foi maior no Brasil", disse Neri.

O efeito mais claro desse processo ocorrido no Brasil é a notável mobilidade entre as classes sociais. De acordo com o levantamento da FGV, um total de 13,3 milhões de brasileiros foram agregados às classes A, B e C.

Migração. Neri chamou a atenção sobretudo para o volume de pessoas que migraram das classes D e E para a C. Foram 39,5 milhões de pessoas entre 2003 e maio deste ano.

"Isso é quase uma Espanha inteira", disse ele. "Se a comparação for feita em um período mais longo, a partir de 1993, veremos que 60 milhões de pessoas, quase uma França, subiram para a classe C."

Esse processo de mudanças, na avaliação de Neri, está em pleno curso, apesar das medidas do governo destinadas a arrefecer o crescimento econômico. "O índice de famílias mais pobres no Brasil teve uma redução de 11,7% entre maio de 2010 e maio deste ano. É uma taxa excepcional, mesmo considerando que foi influenciada pelas eleições."

O processo brasileiro estaria despertando a atenção dos outros integrantes dos Brics, às voltas com os problemas da excessiva concentração de renda. Na África do Sul, observou Neri, a concentração de renda piorou após o apartheid, contrariando quase todas as expectativas.

Na avaliação dele, o Brasil tem conseguido reduzir as desigualdades sociais graças à estabilidade democrática, ao controle da inflação, aos avanços na área educacional, a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e ao fortalecimento do valor do salário mínimo e das aposentadorias. Ele também citou o efeito a queda na taxa de fecundidade, com a redução do número de pessoas por família.

Desse conjunto, o fator mais **importante**, seria a educação. "Se todos os outros fatores se mantiverem estáveis, a educação garante, sozinha, um crescimento de 2,2% na renda."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO CELSO MING		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

É MAIS INVESTIMENTO

A entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) continua surpreendendo. Em maio, desembarcaram no Brasil quase US\$ 4 bilhões - um recorde para o mês. Apenas nos cinco primeiros meses do ano entraram US\$ 27 bilhões, o equivalente a 2,7% do **PIB**, e, no período de 12 meses terminados em maio, foram US\$ 64 bilhões (2,9% do **PIB**).

As projeções do Banco Central para todo o ano estão aquém da realidade. Não passam de US\$ 55 bilhões e o próprio **mercado** financeiro - que não leva muito a sério as estimativas para este item - prevê apenas US\$ 51,85 bilhões, conforme aponta a Pesquisa Focus, do Banco Central. Muito provavelmente, o número final deste ano deverá ficar entre US\$ 65 bilhões e US\$ 70 bilhões.

Alguns analistas, entre eles o economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, Olivier Blanchard, suspeitam de que parte desse investimento não passa de especulação disfarçada com juros. Como as aplicações de curto prazo passaram a ser taxadas com 6% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), muito capital estrangeiro pode mesmo ter preferido entrar como IED para tirar proveito dos juros mais altos no **mercado** interno.

Uma das consequências dessa farta entrada de capitais é a forte valorização do real (baixa da cotação do **dólar** no câmbio interno), que tira competitividade do setor produtivo brasileiro.

Blanchard chegou a propor submeter todo o IED à taxaço pelo IOF. Trata-se de uma ideia leviana, porque o **Brasil** não pode se dar ao luxo de desestimular o investimento estrangeiro. Outros economistas, como o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira, sugerem que o Banco Central permita a entrada com isenção do IOF somente dos capitais desejáveis. Essa posição pressupõe que o governo defina uma política de investimentos estrangeiros e seja capaz de determinar o que é bom e o que não é para o País.

Seria uma tarefa complicada e inútil. Nada menos de 60,3% dos US\$ 26,5 bilhões que entraram no Brasil nos

primeiros cinco meses deste ano foram canalizados para o setor de serviços. Aí entram atividades como telecomunicações, eletricidade, **comércio**, finanças, pesquisa, construção, transporte, educação e serviços de escritório. Apenas 27% se destinam à indústria e os outros 12,7%, para mineração e agricultura.

Não passaria de despropósito exigir que cada projeto de investimento fosse previamente examinado por um burocrata com função de conferir a identificação do investimento com o interesse nacional. E seria tarefa inútil porque, uma vez dentro do País, não há como **monitorar** a aplicação de um dinheiro que não pode ser carimbado. O investimento que supostamente tenha chegado para a ampliação de uma indústria poderia depois ser usado para a compra de terras.

No mais, o **Brasil** conta com uma baixa poupança interna, não superior a 17% do **PIB**. Precisa de muito capital para desenvolver as áreas do pré-sal; para as obras do PAC, da Copa do Mundo e da Olimpíada; para projetos de infraestrutura; para aumentar a **produção** de etanol; e para desenvolver a educação. O Brasil pode passar ao mundo o recado de que esnoba a entrada de capitais externos.

CONFIRA

Deu errado

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Túlio Maciel, admite que o aumento para 3% da taxaço com o IOF dos pagamentos no exterior feitos com cartão de crédito estão dando errado. As despesas com viagens em maio cresceram 43,9% em relação ao mês em 2010, mas os pagamentos com cartão subiram só 33,9%. É o cartão sendo substituído pelo pagamento em dinheiro. Não era o que o governo pretendia quando elevou a taxaço.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO ICMS MENOR NÃO ALTERA IMPORTAÇÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estudo da Rosenberg revela ainda que recuo do imposto não causa perda de arrecadação

Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

No momento em que o governo negocia com os Estados o fim da chamada guerra fiscal, um estudo realizado pela consultoria Rosenberg & Associados mostra que a redução do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** para as **importações** não gera perda de arrecadação e não interfere na decisão dos **importadores**.

O documento aponta que a arrecadação de **ICMS** subiu nos últimos anos em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) estadual, principalmente nos oito Estados considerados "incentivadores". A redução das alíquotas de **ICMS** também explicaria apenas 0,9% do aumento das **importações** brasileiras no período de 1990 a 2010. O crescimento da economia brasileira e a taxa de câmbio real seriam os responsáveis pelo crescimento virtuoso das compras no **mercado** internacional nos últimos anos.

O estudo "**Importações e Incentivos Fiscais - Desconstruindo Mitos**" foi feito a pedido da Associação Brasileira de Empresas de **Comércio** Exterior (Abece), que reúne as tradings, empresas que fazem a intermediação de operações de **exportação** e **importação**. "O estudo não confirma os argumentos de que a **importação** subiu significativamente por causa dos incentivos. O impacto é desprezível", afirmou ao Estado um dos autores do documento, Michal Gartenkraut.

Motivação. O presidente da Abece, Ivan Ramalho, disse que o estudo foi **importante** para identificar a motivação da decisão de **importar**. "Nós acreditamos que antes de qualquer **importação** vem uma tomada de decisão que não é motivada pelos incentivos estaduais", afirmou. "Mas, muitas vezes, a decisão é tomada por causa do câmbio."

Ramalho, que foi secretário executivo do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) no

governo Lula, argumenta que 86% da pauta de **importação** em 2010 foram de produtos ligados à **produção** industrial, como bens intermediários e máquinas e equipamentos. "Quando a **produção** cresce, aumenta a **importação**. Este vínculo é muito forte."

O estudo mostra também que não alterou significativamente o ranking de Estados **importadores**. Isso significa que não houve grande mudança na logística das **importações** brasileiras. Dos Estados que usam incentivos fiscais, só Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul mudaram de forma expressiva sua colocação na lista. Para Gartenkraut, muito do aumento das **importações** nesses Estados está associado ao seu próprio crescimento econômico ou a setores localizados. São Paulo e Rio continuam a liderar o ranking.

O documento defende as decisões estaduais como "um movimento consistente com a busca do aumento da competitividade" das empresas. Critica, no entanto, a tese de que a redução de **ICMS** para **importados** traz concorrência desleal para o produto brasileiro. "O instrumento mais adequado de proteção nacional é o Imposto de **importação**, que é relativamente alto no Brasil."

Na semana passada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou com uma Ação Direta de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra incentivos de **ICMS** às **importações** dados pelo governo do Ceará. Foi a quinta ação da entidade questionando este tipo de incentivo. Para a CNI, a redução de **ICMS** traz uma "injusta vantagem concorrencial", afetando quem produz ou **importa** os mesmos produtos em outros Estados.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO CHINESA COMEÇA A PRODUZIR EM AGOSTO, ANTES DA APPLE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA - Executivos da multinacional chinesa ZTE informaram ontem que os primeiros tablets da marca no Brasil começam a ser produzidos em agosto em parceria com fábricas nacionais.

"Agora estamos na fase de testes", afirmou o presidente da ZTE, Hou Weigui.

Após um encontro com a presidente Dilma Rousseff, os chineses também disseram que esperam produzir em novembro os primeiros celulares de terceira geração (3G) da companhia, a segunda maior fabricante chinesa de equipamentos de rede.

A expectativa é que os primeiros tablets brasileiros da marca estejam no mercado em novembro. Os chineses não informaram a meta de produção nem deram uma estimativa de preço para o produto. No mercado, o tablet importado da ZTE pode ser encontrado a partir de R\$ 890.

A ZTE deve começar a produção de tablets antes da Apple. A produção do iPad foi adiada para o fim de agosto pela também chinesa Foxconn por problemas de infraestrutura e de contratação de mão de obra qualificada.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO ANTES DA CÚPULA DO <u>MERCOSUL</u>, DILMA ENCONTRA LUGO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Agência Brasil, de Brasília

A presidente Dilma Rousseff deve ser a primeira chefe de Estado a chegar hoje a Luque, no Paraguai, para a Cúpula de Presidentes do Mercosul e de Países Associados. As relações multilaterais no Mercosul envolvem cerca de US\$ 45 bilhões. Dilma aproveitará a visita para se reunir com o presidente paraguaio, Fernando Lugo. É o primeiro encontro dela com Lugo desde sua posse e da decisão do Brasil de aumentar os valores pagos pelo uso da energia da usina hidrelétrica de Itaipu.

Na conversa com Lugo, Dilma deve assinar seis acordos bilaterais nas áreas de laticínios, **TV digital** e fortalecimento de instituições. O ponto alto da reunião dos dois presidentes envolve as mudanças no pagamento de repasses do Brasil para o Paraguai sobre Itaipu.

Em 11 de maio, o Senado brasileiro aprovou a alteração no Tratado de Itaipu aumentando o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia da usina hidrelétrica. A decisão elevou de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais a quantia paga pelos brasileiros aos paraguaios.

A reunião envolverá não só os presidentes dos países que integram o bloco - Dilma, Lugo, a argentina Cristina Kirchner e o uruguaio José Pepe Mujica - mas também o do Equador, Rafael Correa, e o vice-presidente da Colômbia, Angelino Garzón, que integram o grupo dos países associados ao bloco.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CANADÁ QUER FORTALECER <u>COMÉRCIO</u> COM O BRASIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Francisco Góes | Do Rio

O Canadá tem interesse em fortalecer a parceria com o Brasil nas áreas de comércio e investimento. A decisão do governo canadense de incluir o Brasil na lista de países prioritários em termos de política comercial se dá após o reconhecimento de que, por anos, o mercado brasileiro talvez não tenha recebido a devida atenção por parte do Canadá. A situação começa a mudar a partir da orientação do primeiro-ministro Stephen Harper, reeleito em maio.

"O primeiro-ministro pediu que eu focasse em um número de países-chave e o Brasil é um deles", disse ao Valor o ministro do Comércio Internacional do Canadá, Ed Fast. Ele está no Brasil liderando uma comitiva com cerca de 30 empresas canadenses da área de infraestrutura, interessadas em buscar oportunidades de negócios em projetos ligados à Copa, à Olimpíada e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Fast disse que o Canadá organizou três Olimpíadas, entre jogos de inverno e verão (Montreal, 1976, Calgary, 1988, e Vancouver, 2010), e as obras foram entregues dentro do prazo. Ele também destacou que, ao longo dos anos, o Canadá provou que tem capacidade de entregar, pelo mundo, diferentes soluções de infraestrutura.

Antes de desembarcar no Rio, Fast cumpriu agenda no Paraguai, país que ocupa atualmente a presidência do Mercosul. Em Assunção, anunciou que o Canadá e os países do Mercosul estão avançando em discussões, ainda em estágio inicial, para fortalecer a relação comercial.

Para Fast, as discussões são a primeira etapa para identificar se, em um segundo momento, será possível negociar um acordo de livre comércio e para identificar como se pode aumentar a relação comercial. O ministro avaliou que o comércio e o investimento entre os dois países ainda são modestos. "Estamos arranhando a superfície do potencial existente entre os dois países em termos de comércio e investimentos."

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, o comércio Brasil-Canadá totalizou US\$ 5 bilhões em 2010, entre exportações e importações, o equivalente a 0,86% do comércio exterior brasileiro no período. Na área de investimentos, o Brasil vem se posicionando, desde 2006, como um dos principais investidores estrangeiros no Canadá, embora em 2010 o país tenha sido superado pela China.

A compra da Inco pela Vale, em 2006, foi um marco do investimento direto brasileiro no Canadá. Segundo o ministro canadense, o negócio Vale-Inco é um exemplo de como os países podem aumentar investimentos, levando-os a novo patamar. Fast considerou superado o contencioso Embraer-Bombardier, que opôs os dois países, e disse que Brasil e Canadá, além da competição saudável, podem atingir grau de parceria mais alto.

Fast afirmou que o crescimento do comércio e dos investimentos entre Canadá e Brasil passa por aumentar a "conscientização" do potencial da economia de um país no outro e vice-versa. O ministro disse que quer explicar ao setor empresarial canadense que há muito potencial de negócios no Brasil.

Hoje, Fast estará em Brasília para reuniões com o secretário-geral do Itamaraty, Ruy Nogueira, e com os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Fonte do governo que acompanha as discussões entre o Mercosul e o Canadá disse que o diálogo exploratório busca avaliar até que ponto pode se chegar a negociar o livre comércio. O Canadá já negocia acordos de livre comércio com União Europeia, Índia e Coreia do Sul.

Segundo a fonte, o Brasil poderia vir a discutir investimentos em um acordo com os canadenses, sem entrar em definição de regras que viessem a limitar a capacidade regulatória do governo. No passado recente, o Brasil resistiu a negociar acordos que pudessem reduzir sua capacidade de fazer política industrial.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO ENTRE BRICS, <u>Brasil</u> LIDERA CRESCIMENTO RENDA-PIB		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A evolução da renda per capita em comparação com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil é a melhor entre os Brics (grupo que ainda inclui Rússia, Índia, China e África do Sul), disse ontem o economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV. Para ele, o país foi o único entre a elite dos emergentes a crescer reduzindo a desigualdade social.

Segundo os números apresentados durante o 1º Fórum BID para o **Desenvolvimento** da Base da Pirâmide na América Latina e Caribe, em São Paulo, os rendimentos medidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) tiveram um crescimento anual de cerca de 1,8 ponto porcentual acima do **PIB** entre 2003 e 2009, enquanto na China o avanço veio dos pontos abaixo da expansão da economia durante o intervalo.

Segundo Neri, a renda real entre os brasileiros mais pobres cresceu 68% de 2001 a 2011, enquanto a dos ricos avançou 10% em igual período.

O estudo mostra que a taxa de crescimento da renda dos 20% mais ricos no **Brasil** é inferior à registrada nos demais Brics, ao mesmo tempo em que a taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres só é menor que a contabilizada pela China.

Desde 2003, o país ganhou quase 50 milhões de consumidores, o equivalente a uma Espanha. Somente nos 21 meses encerrados em maio passado, 13,3 milhões de brasileiros foram incorporados às classes A, B e C, somados aos 36 milhões que migraram entre 2003 e 2009. "Isso é reflexo do crescimento econômico com redução da

desigualdade social durante muitos anos. O que está por trás é o aumento da educação e do trabalho formal, a redução da natalidade e o ciclo eleitoral", explicou Neri. "Todo ano de eleição a renda média do brasileiro sobe muito."

Simultaneamente, a base da pirâmide social vem diminuindo com rapidez. Apenas no último ano a redução foi de quase 12%. "O grande passaporte para a saída da pobreza é a educação", disse o economista da FGV, lembrando que programas do **Governo Federal** como o Bolsa Família também contribuem para essas mudanças no cenário.

O levantamento mostra ainda que a probabilidade de se migrar da classe E (renda familiar até R\$ 751,00) para níveis mais altos da pirâmide social é de 27% para quem tem até um ano de estudo, enquanto que para aqueles que permanecem na escola por 12 anos ou mais esse percentual chega a 53%.

Já a chance de permanecer nas classes ABC no período mais recente é 2,8 vezes maior que a apresentada no início da série da pesquisa. Nas capitais, a chance de permanência no alto da pirâmide é 25% maior que nas áreas periféricas do país, embora esse índice venha caindo.

O estudo apresentado pelo economista da FGV ainda destaca que a cidade considerada "mais rica" do Brasil é Niterói, no Rio de Janeiro, onde 30,7% da população faz parte da classe A. Na sequência aparecem no ranking da pesquisa as cidades de Florianópolis (27,7%), Vitória (26,9%), São Caetano (26,5%), Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%). "A região Sul é a que apresenta a menor desigualdade social no Brasil", afirmou Marcelo Neri.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO IMPORTAÇÃO AJUDA ARRECADAÇÃO FEDERAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marta Watanabe | De São Paulo

O aumento do valor das importações contribuiu para fazer a arrecadação dos tributos federais cobrados no desembaraço de mercadorias crescer em velocidade maior que a média.

Com R\$ 10 bilhões arrecadados no acumulado de janeiro a maio, o Imposto de **Importação** teve elevação real de 21,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à **importação** teve crescimento real menor, de 17%, mas mesmo assim os dois tributos tiveram um desempenho melhor do que o total da arrecadação da Receita Federal, que aumentou em termos reais em 11,33% no mesmo período. Os dados levam em conta a arrecadação atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O PIS e a Cofins recolhidos na **importação** também tiveram melhor desempenho que a arrecadação geral das duas contribuições. Enquanto os desembarques renderam 10,7% de elevação no recolhimento de PIS e Cofins, o total com os dois tributos cresceu 9,63%. A receita auferida com esses tributos sobre **importação** representa atualmente 8% da arrecadação total administrada pela Receita. O crescimento da arrecadação sobre **importação** tem crescido mesmo com a valorização da moeda nacional em relação ao **dólar**, o que ajuda a reduzir o valor da base tributável calculada em reais. A valorização do real, porém, tem estimulado as **importações**, o que tem resultado em um ritmo forte de crescimento do valor **importado**.

Nos primeiros cinco meses do ano, o valor das **importações** em **dólar** cresceu 29%, na comparação com o mesmo período do ano passado. O volume de **importação** continua crescente, apesar do ritmo ter diminuído em relação a 2010. A evolução do valor **importado**, porém, reflete também o aumento de preços

em **dólar** nos desembarques. Por conta do repasse da inflação e como reflexo da elevação de preços das commodities no **mercado** internacional, os preços das **importações** têm crescido em ritmo mais acelerado.

Os tributos sobre **importação** também tiveram desempenho acima da média. Os demais recolhimento tiveram arrecadação afetada pela desaceleração da atividade industrial nos últimos meses.

Amir Khair, especialista em contas públicas, acredita que o desempenho da arrecadação sobre **importações** reflete a oportunidade aberta pelo câmbio a fornecedores externos que querem entrar no **mercado** brasileiro.

Esses fornecedores, diz, estão trazendo produtos interessantes para o consumidor brasileiro e com preços competitivos. Os carros chineses, aponta, são um exemplo disso. Ao mesmo tempo em que o câmbio facilita as **importações**, argumenta Khair, a taxa de juros tem contribuído para a desaceleração da **produção** industrial.

"É possível que parte da **importação** esteja substituindo os industrializados brasileiros, o que está dando aos tributos cobrados sobre **importação** uma taxa de crescimento maior que para os demais tributos", diz o consultor e ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

Maciel observa, porém, que na ponta, na comparação de maio de 2011 contra maio do ano passado, o desempenho do IPI se descolou do recolhimento do Imposto de **Importação**.

Em maio o crescimento real da arrecadação do Imposto de **Importação** cresceu 21,7%, na comparação com o mesmo mês de 2010, enquanto o IPI teve elevação real de apenas 7,6% no mesmo período. Isso, explica Everardo, está relacionado à natureza, das

importações, com itens sujeitos a uma tributação maior do Imposto de **Importação** do que do IPI.

O advogado Rogerio Zarattini Chebabi, do escritório Braga e Marafon Consultores e Advogados, explica que a redução ou a aplicação de alíquota zero de IPI é utilizada como forma de estímulo ao investimento ou ao **desenvolvimento** de determinados setores. Ele lembra que os bens de capital costumam ter alíquota menor de IPI e muitas vezes ficam livres do

imposto na **importação**. "A alíquota média do Imposto de **Importação** é de 14% e é o imposto mais pesado no desembaraço aduaneiro."

Khair ressalta, porém, que apesar de um ritmo maior de crescimento da arrecadação dos tributos sobre **importações**, a arrecadação federal ainda continua tendo como uma de suas principais fontes a massa salarial.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO FOXCONN OBTÉM BENEFÍCIO PARA ACELERAR ALFÂNDEGA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Gustavo Brigatto | De São Paulo

A taiwanesa Foxconn, fabricante de equipamentos eletrônicos sob encomenda, conseguiu se enquadrar no regime especial de importação e exportação de produtos da Receita Federal. A chamada Linha Azul permite que empresas realizem operações de forma menos burocrática. Segundo a Receita Federal, 40 empresas instaladas no Brasil estão habilitadas a operar dessa forma. Entre os nomes estão companhias como Nokia, Samsung, Dell, Renault e Yamaha.

O benefício foi concedido pela Delegacia da Receita Federal em Jundiaí - cidade onde a Foxconn mantém a base de suas operações no país - e vale para qualquer alfândega do território nacional.

O enquadramento no regime era um dos pedidos feitos pela Foxconn ao governo brasileiro para trazer ao país investimentos da ordem de US\$ 12 bilhões nos próximos cinco anos para fabricar painéis de LCD.

Procurada pelo Valor, a companhia disse que não teria porta-voz disponível para comentários o assunto.

Segundo fontes próximas à empresa, os benefícios da Linha Azul não serão usados só nos novos investimentos que serão feitos no Brasil. A companhia, que tem cinco fábricas no país, e produz para empresas como Sony, Hewlett-Packard (HP) e Dell, está ampliando suas instalações em Jundiaí e também em Manaus. Na semana passada, a Foxconn teve aprovados pela Superintendência da Zona Franca de

Manaus (Suframa) projetos para fabricação de telefones celulares, câmeras de vídeo e placas de circuito impresso para uso em equipamentos que não sejam da área de informática.

Em Jundiaí, a companhia está montando uma nova unidade para fabricar produtos da Apple. De acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia (MCT), Aloizio Mercadante, a unidade entrará em operação em setembro.

A data inicial era julho, mas foi adiada por problemas na construção de uma estrada de acesso ao local e também pela dificuldade na contratação de mão de obra especializada.

Em evento realizado ontem em São Paulo pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), o ministro disse que técnicos do MCT, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irão à sede da Foxconn entre 2 de 9 julho para negociar as condições do investimento que a companhia pretende fazer no país para a produção de telas. "Esse aporte exige uma estrutura muito complexa", disse.

Perguntado sobre a possibilidade de a fábrica de painéis começar a ser instalada no país ainda este ano, Mercadante afirmou que era melhor esperar o retorno dos técnicos para ter essa informação.

Além da Foxconn e de empresas da área de semicondutores, Mercadante afirmou que o Ministério também negocia a instalação no país de fabricantes de lâmpadas de LED, tecnologia usada em equipamentos eletrônicos e que pode ser usada também na iluminação de residências, escritórios e áreas públicas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO COMMODITIES EM ALTA AJUDAM A FINANCIAR A CONTA CORRENTE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Banco Central (BC) voltou a reduzir a previsão do déficit em conta corrente. A perspectiva agora é que o déficit fechará o ano em 2,49% do Produto Interno Bruto (PIB). A queda é pequena em comparação com os 2,56% anteriormente esperados, mas já é significativa perto dos 3% projetados no início do ano.

Foi o bom desempenho da balança comercial que determinou a mais recente revisão de projeções do Banco Central. Em sua avaliação trimestral, o BC elevou a estimativa de superávit da balança comercial deste ano de US\$ 15 bilhões para US\$ 20 bilhões.

O Banco Central revisou seus números após fechar os dados de maio. O saldo da balança comercial atingiu novo recorde no mês passado, com superávit de US\$ 3,529 bilhões, o segundo maior resultado em 23 meses, somente inferior ao de US\$ 5,359 bilhões, de dezembro de 2010. O resultado deste mês deve sair nesta semana e o número também promete surpreender.

No acumulado do ano, o saldo comercial foi positivo em US\$ 8,558 bilhões, valor 51% maior, na comparação com a média diária, que o registrado no mesmo período do ano passado, com superávit de US\$ 5,613 bilhões.

As exportações e importações aumentaram, na mesma comparação. Nos primeiros cinco meses de 2011, foram exportados US\$ 94,61 bilhões ante US\$ 72,09 bilhões do mesmo período de 2010, com crescimento de 30% na média diária.

Nas importações, houve aumento de 28,2% na média em comparação com os cinco primeiros meses do ano passado, passando de US\$ 66,480 bilhões para US\$ 86,058 bilhões neste ano.

No acumulado em doze meses, o saldo comercial atingiu US\$ 23,1 bilhões, além portanto da previsão para o ano todo.

O que está inflando a receita do comércio exterior do Brasil, apesar da apreciação do real, é a melhora dos termos de troca, relação entre o preço dos produtos exportados e o dos bens importados.

Como ressaltou matéria publicada pelo Valor na semana passada, os termos de troca do comércio exterior brasileiro melhoraram porque os preços das commodities exportadas pelo país estão subindo mais do que os dos produtos importados.

Nos 12 meses até maio, os termos de troca subiram 15,1% beneficiados pelo fato de o Brasil exportar muitas commodities, que estão caras, e importar bens manufaturados que estão baratos. Os preços das exportações acumulam alta de quase 25% em 12 meses e o das importações, pouco mais de 8%. Os preços das quatro commodities que representam um terço das exportações brasileiras saltaram. A soja foi o produto que subiu menos nos últimos 12 meses e ainda assim avançou 32%. O petróleo subiu 44%, o minério de ferro, 46%, e o café, 77%.

A melhora nos termos de troca da balança comercial brasileira vem sendo observada desde 2003. Mas foi somente em 2007 que os preços das exportações começaram a subir de maneira mais consistente que os preços das importações, movimento que se acelerou depois da crise financeira.

De fato, a diferença entre os preços das exportações e os preços das importações se encontra hoje mais de 25 vezes maior que a média dessa diferença desde 2000, de acordo com a reportagem publicada pelo Valor.

A outra fonte importante de financiamento do déficit em conta corrente é o investimento estrangeiro direto (IED), que recuou ligeiramente em maio para US\$ 3,97 bilhões, mas já somou US\$ 4,338 bilhões nas três primeiras semanas de junho e deve fechar o mês em US\$

4,5 bilhões. No acumulado no ano, o investimento estrangeiro direto soma US\$ 26,955 bilhões. Enquanto o **mercado** trabalha com a previsão de que totalizará US\$ 50 bilhões no ano, o Banco Central (BC) manteve US\$ 55 bilhões e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a falar em US\$ 60 bilhões.

A previsão de Mantega foi feita antes de duas agências de rating terem melhorado a avaliação do

Brasil. No mês passado, a Standard & Poor's (S&P) elevou a perspectiva do rating soberano do **Brasil** para positivo e, neste mês, a Moody's deu um passo à frente ao elevar o rating do país em um degrau, para Baa2. Embora tenham perdido credibilidade ao falhar na previsão da crise internacional e avaliação da dimensão do problema, as agências de rating influenciam os investidores internacionais.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL S/A		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Deficit externo é fruto do crescimento acumulado do investimento e da renda com poupança escassa por Antonio Machado

Não é accidental

Com a inflação exibindo calmaria sazonal, desinflando o habitual pessimismo das análises dos economistas mais ouvidos, as atenções se voltam para os deficits recorrentes das contas externas desde 2007, último ano de saldo positivo no governo Lula. Não se trata de acidente, mas de resultado esperado, porque deliberado.

A economia não tem oferta industrial suficiente para acomodar um quadro de emprego e renda ascendentes - vetores do segundo governo Lula, somados ao fortalecimento da política social, à ampliação de salário e do quadro do funcionalismo federal e à retomada do ciclo de investimento e dos incentivos ao crédito ao consumo.

Investimento já é, por si, um grande demandante de importações de bens de capital, enquanto os fatores ligados à renda e ao crédito têm elevada propensão a impulsionar a demanda agregada. O modelo asiático priorizou a formação de enorme capacidade instalada antes do mercado interno, que agora será incentivado na China, conforme as projeções do plano quinquenal do governo chinês até 2015.

A Europa, o Japão e os EUA do pós-guerra fizeram o mesmo, embora desde os anos de 1990 estejam em marcha-lenta, permitindo a ocupação dos espaços do mercado global pela China e seus satélites. Na América Latina, Brasil à frente, a prioridade à industrialização nunca foi contínua, mas em surtos, normalmente à custa do mercado interno - portanto, da renda -, e com endividamento inflacionário e externo.

Os novos governos social-democratas, ou de esquerda, como alguns preferem, da região optaram pelo meio termo, sobretudo nos países que têm recursos naturais e não seguem a orientação estatizante do presidente da Venezuela, Hugo Chávez: a expansão não inflacionária da renda interna, associada com abertura econômica, para financiar os deficits externos com a atração de capitais estrangeiros.

Estamos em meio a esse processo, emulando o modelo da Austrália, o único entre os países avançados a conciliar a

condição de grande exportador de commodities com deficits externos sistemáticos.

Indústria é "caseira"

Se a demanda por bens industriais cresce acima da linha d'água da oferta nacional, ela será complementada por importações. Se, além disso, as exportações de manufaturados encontram um cenário menos favorável, em par com a maior atratividade da demanda doméstica, a tendência é que a indústria no país se torne ainda mais "caseira".

A somatória dessas duas correntes encolhe o superavit comercial - e no limite pode torná-lo negativo, o que tem sido evitado graças ao desempenho das commodities agrícolas e matérias-primas, ambas, além do mais, com seus termos de troca em níveis recordes. Isto é, o país recebe, em média, preço maior do que exporta em relação ao preço dos bens e serviços importados. Essa "comoditização" da economia tem consequências, já que leva ao fortalecimento do real.

Lavoura é a salvação

Mas os que fazem tal arguição, e são muitos, só olham os efeitos nocivos do dólar barato. Eles são vários. O flagrante é o aumento das importações e das viagens dos brasileiros ao exterior. Menos visível é a internacionalização das cadeias produtivas, supridas com insumos importados para reduzir os custos de produção.

Pouco registrado é que a situação seria pior, sem as commodities. Atente: o superavit do agronegócio, de janeiro a maio, foi de US\$ 23,4 bilhões, com exportações de US\$ 35,7 bilhões e importações de US\$ 12,3 bilhões. Sem esse resultado, a balança comercial estaria em crise. Os demais setores, basicamente industriais, geraram, no período, deficit de US\$ 14,84 bilhões, com exportações de US\$ 58,9 bilhões e importações de US\$ 73,74 bilhões.

O cuidado desprezado

A balança comercial é um dos componentes do balanço de transações correntes, que consolida as divisas que entram e saem do país pelo comércio exterior e pelos segmentos de turismo, royalties, seguros e fretes.

E é financiado, se negativo, pelos ingressos líquidos de investimento estrangeiro direto (IED) e para aplicação em

ações e papéis de dívida. Se não bastar, o Banco Central acumula reservas, hoje de US\$ 336 bilhões, para assegurar a solvência externa.

E como estamos? Com deficit externo acumulado em 12 meses até maio de US\$ 51 bilhões e previsão de chegar a US\$ 64,5 bilhões no ano todo, representando 2,51% do **PIB**. O IED está previsto em quase tanto, zerando as contas externas. Nessa toada, o risco de crise é baixo. Mas só se o grosso das entradas for canalizado para ampliar a base exportável do país. Esse cuidado quase sempre é desprezado.

Distorções do modelo

O modelo econômico seguido desde 2007 está mais para híbrido. Ele mistura pitadas de desenvolvimentismo

(normalmente aplicado onde o investimento tem prioridade absoluta) com ortodoxia monetária, que é acionada para moderar o viés populista dos impulsos ao consumo.

As distorções surgem como sequelas. As notórias são a taxa básica de juros e o represamento compulsório de depósitos da banca, ambos recordes mundiais, usados para dissuadir a inflação e os deficits.

O desenvolvimentista autêntico propõe maior poupança pública como alternativa à sangria dos juros por isso. Sem ela, os juros obesos atraem capital externo oportunista, que valoriza o real. O governo tenta reprimir esse afluxo, o **mercado** reage com casuísmos, como os IEDs simulados, e as distorções se avolumam. Estamos nessa fase.



VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
TÍTULO Qualificação profissional no Polo Naval do <u>Amazonas</u> será tema de discussão nesta terça-feira, 28		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Polo Naval do Amazonas emprega cerca de 9 mil pessoas atualmente e deve gerar um total de 50 mil vagas nos próximos anos, o que exigirá um esforço contínuo de capacitação de mão-de-obra.

Para discutir alternativa de aperfeiçoamento do nível de pessoal, a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e uma rede de instituições de pesquisa e fomento

promovem, nesta terça-feira (28), o I Seminário de Qualificação para o APL da Indústria Naval. O evento contará com palestrantes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto de Estudos Marítimos e Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), entre outros, que abordarão temas como formação para gestora empreendedora e capacitação tecnológica no setor.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Sefaz inicia testes para desembaraço eletrônico de DIs		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Secretaria de Estado da Fazenda já realiza cerca de 10% do desembaraço de Documentos de Importação (DIs) de forma eletrônica. O projeto piloto é desenvolvido em parceria com duas grandes empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) para dar celeridade à liberação de importações de mercadorias das mais de 500 empresas instaladas no parque industrial.

O sistema de Declaração de Ingresso no Amazonas (DIA) consiste em substituir a DI convencional em papel - que precisa ser levada pelos importadores até a sede da Sefaz para digitação, selagem e posterior chancela nos Postos Fiscais – por um documento eletrônico, nos moldes da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), seguindo os mais modernos padrões de tecnologia.

O documento eletrônico poderá ser transmitido para a Sefaz com toda comodidade pelo contribuinte, por meio da Internet. Após a validação automática, o documento receberá um número de protocolo, com o qual a mercadoria poderá transitar. O contribuinte, para realizar a operação, deve ter um software que gere arquivos compatíveis com os aceitos pela Secretaria, que usa tecnologia XML.

Além de contar com a garantia de autenticidade, por meio de Assinatura Digital, a DI Eletrônica permitirá ao próprio contribuinte declarar o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser recolhido, cabendo à Sefaz homologar a operação no prazo legal.

Esta nova sistemática trará maior transparência à relação fisco-contribuinte e reduzirá, significativamente, os processos de revisão de notificação. A Sefaz registra a entrada de 534 novos processos mês, sendo que 18% desse total são pedidos de revisão de notificações relativas à DI.

Em média, a Sefaz registra ainda, mensalmente, o processamento de 15 mil DIs das empresas localizadas no Pólo Industrial de Manaus que, no ano passado, segundo dados da Suframa, movimentaram 33 bilhões de dólares.

As empresas interessadas em participar dos testes podem solicitar credenciamento junto ao Centro de Estudos Econômico-Tributários – CEET, sala 314 - 3º andar, na sede da Sefaz, bairro Aleixo ou solicitar esclarecimentos pelo telefone (92) 2121-1713.

Em breve, com o final dos testes que devem acontecer pelos próximos seis meses, o sistema será expandido para todas as indústrias.

A exigência da emissão da DI Eletrônica seguirá o mesmo molde do cronograma nacional de inserção da Nota Fiscal Eletrônica no Brasil. A Sefaz irá estruturar a obrigatoriedade por grupos. O primeiro segmento de atividade econômica, que ainda será definido, deverá emitir o documento pela internet até o final do primeiro trimestre do próximo ano.

O projeto é o resultado de um ano de trabalho da equipe da Sefaz que pioneiramente desenvolveu a ferramenta e, posteriormente, irá compartilhar com os outros estados da federação, em encontros nacionais, os mecanismos para a implantação da DI Eletrônica.

A produção de novos sistemas ágeis e eficientes na área fiscal é uma característica da proatividade dos técnicos fazendários amazonenses, que já contribuíram com a inserção da Nota Fiscal Eletrônica em todos os segmentos estipulados pelo cronograma nacional com o menor índice de dificuldades no país e criaram a ferramenta Capa de Lote Eletrônica, CL-e que possibilita o processamento de várias NF-e simultaneamente com ampla economia de tempo.